

ECOLOGIA**Pesquisa revela contaminação da Bacia do Corumbataí**

Uma pesquisa realizada no Centro de Estudos Ambientais (CEA) da Unesp de Rio Claro revelou que trechos do rio Corumbataí estão contaminados por coliformes fecais e produtos tóxicos, principalmente após a área urbana de Rio Claro, município do estado de São Paulo. A coordenadora da pesquisa, Sâmia Tauk-Tornisielo, diz que a poluição afeta as cidades que utilizam a água do rio para consumo humano, em especial o município de Piracicaba. A falta de tratamento do esgoto doméstico é a maior causa da poluição do rio, que também é agravada pelo uso de agrotóxicos nas plantações em seu entorno, e pelo desmatamento das matas ciliares em suas margens. Desde 1996, o estudo monitora 24 parâmetros para a análise da qualidade da água, entre os quais

destacam-se os valores de coliformes fecais presentes na água. "No início de nosso monitoramento o rio Corumbataí estava classificado como Classe 2, o que segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama 20/86), significa que a água serve para consumo humano após tratamento convencional", explica. No entanto, uma parte da pesquisa desenvolvida por Gina Palma-Silva, do Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro, constatou que em alguns pontos do rio, os valores dos parâmetros têm excedido o limite para rios de Classe 3, nos quais a água é imprópria para uso humano, mesmo após tratamento tradicional. "Os valores de coliformes fecais das amostras de água coletadas em 2003 chegaram a ser 28 vezes maiores do que o limite fixado para rios de Classe 2. Desde novembro de 2002, todos os trechos do rio estudados têm ultrapassado o limite máximo", alerta Sâmia. Outro indicador medido foi o nível de metais pesados presente nos peixes. Essa parte da pesquisa foi desenvolvida por Roberto Göiten, do Departamento de Zoologia da Unesp, e seu doutorando Sidnei Lima Jr. Eles verificaram uma alteração da biodiversidade de peixes em três pontos do rio Corumbataí, sendo que em certos trechos, os peixes estavam impróprios para o consumo humano. Esses resultados fazem parte da segunda etapa da série de estudos, em conclusão. A próxima fase inclui análises estatísticas e um modelo matemático para subsidiar a gestão da bacia hidrográfica, além de Análise de Impactos Ambientais (AIA) e um projeto de tratamentos alternativos para as águas e efluentes.

SANEAMENTO AMBIENTAL**Pesquisa da Uerj sugere aprimoramento de políticas públicas**

O cruzamento de dados populacionais com informações sobre o acesso aos serviços públicos essenciais permite visualizar prioridades do planejamento sócio-ambiental da zona costeira do Brasil. A questão do saneamento salta aos olhos, sob dois aspectos principais: de um lado, as grandes aglomerações urbanas na zona costeira (com problemas de infraestrutura de esgotos sanitário, abastecimento de água para consumo, drenagem das águas pluviais e destino final adequado para os resíduos sólidos, etc.); de outro lado, as numerosas vilas das zonas semi-isoladas (com grandes índices de doenças endêmicas, altas taxas de mortalidade infantil, desnutrição, etc.) assentadas e/ou atravessadas por microbacias. Torna-se evidente a necessidade de uma visão integrada entre saneamento e recursos hídricos, processo ainda em discussão a ser aprofundada no Brasil.

É o que pretende fazer o grupo de gerenciamento sustentável de recursos hídricos da pós-graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O projeto visa sugerir políticas públicas, com metodologias adequadas à prática da gestão de bacias hidrográficas costeiras associada a aspectos do saneamento ambiental através de dois estudos de casos no Rio de Janeiro: a bacia hidrográfica da Lagoa Rodrigo de Freitas e a Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande, porção continental (formada pelos municípios de Angra dos Reis e Parati).

Mapa da região de Corumbataí

Arte: Luis Paulo